

DOMINANDO O QUE VOCÊ COME: O DISCURSO DA ALIMENTAÇÃO

*David N. Cassuto**

1. Introdução

Discussões sobre o tratamento dos animais na indústria global de alimentos muitas vezes se transformam em discussões sobre os direitos dos animais. Tais desvios inutilmente tiram o foco de uma catástrofe social e ambiental que está ocorrendo. Este ensaio tenta reformular o debate global sobre alimentos em uma forma mais direta de reconhecer as nossas obrigações e as necessidades dos bilhões de animais escravizados pelo aparato da indústria de alimentos.

A agricultura industrial remodelou a criação de animais em um processo mecanizado, que ignora os métodos históricos, de interação animal humano/não humano (métodos que evoluíram ao longo de milênios), bem como os costumes éticos. Estes métodos industriais – envoltos no manto da eficiência – tornaram-se profundamente enraizados, apesar das claras evidências da

* Professor de Direito da Pace University School of Law. Agradeço a Joe Edgar e Stephen Iannacone pela ajuda nas pesquisas deste projeto. Este trabalho foi apresentado tanto na Conferência sobre “O Animal no Âmbito das Necessidades Humanas”, patrocinado pela Universidade de Quebec em Montreal, Grupo de Investigação Internacional em Direito Animal, Montreal, Canadá, em Maio de 2009, quanto na Conferência sobre Soberania do Estado, Direito Internacional e Integridade Ecológica patrocinado pelo Grupo de Integridade Ecológica Global (Global Ecological Integrity Group), Florência, Itália, Junho de 2009. Será publicado no processo de ambos.

sua insustentabilidade e inviabilidade. Essa insustentabilidade resulta de uma falha sistêmica inerente ao papel da eficiência na sociedade. A eficiência não é apenas um conceito amoral, desprovido de qualquer elemento normativo, mas aqueles que notam isso, também excluem rotineiramente as externalidades de seus cálculos. Isso torna qualquer equação de custo baseado no risco potencialmente inadequada e enganosa.

Conseqüentemente, utilizar-se da eficiência como um barômetro ético é falho, tanto hermeneuticamente, como praticamente. Isso nunca deveria ter adquirido um aspecto normativo e nunca deveria ter sido definido para excluir externalidades.

O resultado desse duplo erro, é que o modo predominante de interação humano/animal é insustentável (ineficiente) e eticamente falido. Reestruturar essa interação exigirá o remodelamento do sistema jurídico que permita isso.

A segunda parte do presente ensaio analisa o papel da comunicação na formação das normas legais e sociais e as implicações desse papel para o direito dos animais e a ética. A terceira parte contextualiza o direito dos animais na contemporânea sociedade de risco. A quarta parte analisa como a eficiência tem se transformado de um conceito econômico em uma orientação normativa e discute como essa transformação afetou os animais e a agricultura. Isso rastreia o crescimento da agricultura industrial e o laço ao mal entendido fundamental do conceito de eficiência. O ensaio conclui com algumas reflexões sobre como reformular as noções cotemporâneas de eficiência e ética para explicar o idealismo que deveria ser um componente necessário de comunicação e, conseqüentemente, do direito.

2. Comunicação e Direito

O direito regula as interações entre os membros da sociedade. Ele codifica objetivos comuns que refletem uma visão ideal de uma sociedade justa.¹ Essa visão aspirante da justiça surge

através da comunicação. Para a comunicação ser coerente, deve existir uma crença compartilhada entre os interlocutores na possibilidade de consenso e entendimento mútuo. Eles devem evidenciar uma vontade de se chegar a um acordo sobre a verdade/correção da matéria em discussão.² Esse compromisso comum de acordar forma a base do discurso, que por sua vez, forma a base de normas que, em seguida, são codificadas em direito.

A comunicação dirigida pelo consenso exige uma linguagem comum. As leis que regem a interação humana (propriedade, contrato, criminal, responsabilidade civil, etc) todas cabem dentro da moldura discursiva de metas compartilhadas e compromisso para a perpetuação da sociedade. O Direito Animal, no entanto, não. Não-humanos, os animais não compartilham a língua com os humanos. Consequentemente, eles não participam do discurso humano nem compartilham os objetivos da sociedade humana.

Sem uma visão normativa comum, não há um consenso do qual se criam leis. Animais não são meros participantes relutantes no processo legislativo, *eles não participam em nada*. Portanto, não faz sentido falar sobre direito dos animais como tal; é mais apropriadamente descrito como um conjunto de leis que regem a forma como os humanos interagem com os animais.

Essa distinção é mais que meramente semântica. A interação humana com animais está dentro do controle humano. Entretanto, do outro lado desse processo – a interação dos animais com os seres humanos – reside inteiramente fora do controle humano. Dado que a perspectiva do animal é tanto variada quanto desconhecida, e que os seres humanos são organismos sociais que interagem com outras espécies, seria compreensível e necessário que os seres humanos criassem um conjunto de regras para regular essas interações. Mas como a essas interações falta qualquer compromisso para com o consenso, as tentativas de dar sentido ao processo são necessariamente contraditórias e ideológicas. Aqui está o que Aristóteles poderia ter descrito como a trágica natureza do direito dos animais. A impossibili-

dade de comunicação³ juntamente com a imutável necessidade pela comunicação, cria uma grande crise de verdades conflitantes que prejudicam a interação significativa.

Apesar deste dilema aparentemente insolúvel, há algumas razões para se ter esperança. Toda a comunicação é sem dúvida contraditória. Isso não a torna inútil. Quando os humanos se comunicam, eles não compreendem verdadeiramente uns aos outros; eles apenas compartilham o objetivo de alcançar essa compreensão. Como Habermas argumenta, não é a existência da verdade, mas sim um compromisso partilhado para sua possibilidade que torna a comunicação (e, por conseguinte, a sociedade) possível. Similarmente, no que diz respeito aos animais, é verdade, a comunicação significativa é impossível. No entanto, se as tentativas de comunicação forem feitas de boa fé e pressupondo boa vontade de excluir a ideologia e os próprios interesses, então o componente humano da interação humano/animal não difere fundamentalmente de outras formas de discurso.

A impossibilidade de um estado ideal não necessariamente condena uma sociedade fundada no compromisso de sua realização. Conseqüentemente a tragédia do direito animal não está na sua aspiração natural. Encontra-se, isso sim, na maneira em que a natureza humana compromete essas aspirações. Isso é claramente visível nos princípios da gestão de risco.

3. Os riscos da Sociedade de Risco

a. Como a Sociedade de Risco se originou

Ulrich Beck explica que: “assim como a modernização dissolveu a estrutura da sociedade feudal no século XIX e produziu a sociedade industrial, a modernização dos tempos atuais está a dissolver a sociedade industrial e outra modernidade está nascendo”.⁴ Na sociedade industrial, a produção de riqueza ofuscou o risco de produção porque (entre outros motivos),

os riscos que acompanham a ascensão da indústria foram mal compreendidos e porque os restos da sociedade feudal impuseram um senso de destino preordenado, tanto de um *status* social quanto para o funcionamento do ambiente.⁵ Além disso, a onipresente luta contra a escassez gerou uma disposição para suportar os efeitos colaterais secundários.

Beck observa, por exemplo, que no início dos anos 1800, o Tâmis era tão poluído que as pessoas que caíram dentro dele, em vez de se afogarem, morreram pela inalação dos gases venenosos que cobriam o rio.⁶ Esses e outros riscos surgiram como uma consequência da modernização e foram facilmente aparentes. Hoje (pelo menos no mundo desenvolvido), a escassez não direciona mais a produção. A sociedade agora produz a um ritmo tal que muitos dos seus perigos estão associados com o excesso de produção. Além disso, os riscos inerentes à sociedade pós-industrial são menos visíveis (por exemplo, toxinas na cadeia alimentar, redução do ozônio, alterações climáticas, etc). Essas mudanças precipitaram uma reorganização fundamental da sociedade. A gestão de risco tornou-se, pelo menos, tão importante quanto o acúmulo de riqueza.

A gestão de riscos na sociedade pós-industrial é reflexiva, é o “modo sistemático de lidar com os perigos e as inseguranças induzidas e introduzidas pela própria modernização”⁷. Tendo em vista que os riscos não são muitas vezes facilmente perceptíveis, a tarefa de identificar o risco frequentemente cai para a ciência, impulsionando os cientistas para o papel do perito neutro e benevolente. Ainda, identificar um risco não é um ato neutro. Ele tem profundas implicações sociais que transcendem a ciência. A identificação de riscos determina o que constitui um dano (uma determinação inerentemente subjetiva) e avalia se aquele dano aumenta para um nível que requeira mitigação. Dessa forma, a ciência, quando exercida pelos poderosos, torna-se o princípio organizador ao redor do qual a sociedade constrói sua resposta ao perigo.

Através do seu papel como criadora/assessora do risco, a ciência se torna fonte do que Mary Douglas chama de “pensamento tabu”, que usa a ameaça de perigo para criar e preservar os valores da comunidade.⁸ Perigos compartilhados ligam a sociedade ao objetivo comum de sobrevivência mútua. Pelo fato das ameaças modernas serem invisíveis, “especialistas” que informam o público sobre a existência da ameaça e a resposta adequada, exercem um poderoso instrumento de coerção em massa. Essa agregação de poder nas mãos de uns poucos seletos seria preocupante o suficiente, por si só. A situação é agravada pelo fato de que os riscos que se incumbem à ciência identificar e mitigar, são eles mesmos *criações* da ciência.

Criação aqui não se refere apenas à construção social do risco (determinado comportamento constitui uma ameaça), mas também o próprio comportamento em si. Por exemplo, uma vez que a ciência identifica o confinamento em massa de animais como uma causa potencial de uma pandemia de gripe – então ela deve determinar a reação adequada a essa ameaça, ao determinar se os riscos do confinamento continuado ultrapassam os benefícios da (e para a) agricultura industrial. Esse é o processo de definição de risco e de resposta a ele. Encravado dentro desta identificação/mitigação heurística, reside o fato de que a metodologia do confinamento é ela própria uma criação da ciência.

O multifacetado papel da ciência na criação do risco significa que ela é encarregada da tarefa impossível de ter uma auto-avaliação neutra e crítica. Ela se engaja no comportamento de risco, define o risco criado por esse comportamento, avalia o nível de ameaça produzida, e, em seguida, informa a sociedade sobre como responder.⁹ Atribuem-se todas essas tarefas aos especialistas para uma indiscriminada abdicação da responsabilidade pelo público leigo e pelos órgãos legislativos.

Enquanto o público tem se tornado mais consciente da existência de ameaças, ele também se tornou cada vez mais incapaz de reconhecê-las e complacente na sua incompetência. Ele tem efetivamente perdido a sua “soberania cognitiva”.¹⁰Essa igno-

rância equivale à cumplicidade em uma estrutura social construída não em torno de um consenso e crença comum, mas sim sobre os objetivos e as conclusões de um subgrupo de elite¹¹. O alerta de Horkheimer e Adorno de um mundo pós-iluminista, em que a razão metamorfoseou-se em tecnologia parecem profundamente e perturbadoramente aptos.¹²

No entanto a posição social da ciência continua a ser não invejável. As decisões de gestão de risco que a ciência deve fazer quanto ao seu próprio comportamento e as criações tem implicações potencialmente draconianas. Conforme o número de riscos aumenta e suas conseqüências tornam-se mais graves, a margem de erro diminui a ponto de que admitir um erro se torna um ato profundamente anti-social.

Admitir hoje que alguém tenha se enganado ao estabelecer os valores aceitáveis para a segurança dos pesticidas – o que na verdade seria um caso normal na ciência – representa o desencadeamento de uma catástrofe política (ou econômica), e deve ser evitada apenas por esse motivo. As forças destrutivas, com as quais os cientistas lidam em todos os campos hoje, impõem-lhes as inumanas penas da lei da infalibilidade. Não só é uma das mais humanas de todas as qualidades quebrar essa lei, mas a própria lei está em clara contradição com os ideais da ciência, do progresso e da crítica...¹³

A ciência baseia-se na experimentação e hipóteses. A incerteza é inseparável do método científico. No entanto, em uma sociedade de risco, se a ciência admite erros, as implicações podem ser catastróficas tanto para a sociedade, quanto para o papel privilegiado da ciência dentro dela. Por conseguinte, a ciência deve agir como órgão legitimador para o aparato regulador que o envolve. Ele está preso em uma perpetuação do ciclo de pensamento-tabu.

Esse é o ciclo de gestão de risco. Para que a sociedade moderna possa funcionar de forma eficaz, os riscos devem ser analisados e orientações comportamentais emitidas com o objetivo de alcançar uma sociedade eficiente que funciona bem. Dessa for-

ma, a eficiência alcança o status de norma, com a ciência como árbitro. O bom funcionamento exige minimização da exposição ao risco. E a ciência determina o risco e também as técnicas adequadas de mitigação.

Se a ciência não costumasse provocar tantos riscos sociais, tornando-se assim, incapaz de analisar objetivamente as potenciais ameaças, o processo de identificação de risco seria uma tarefa essencialmente científica. A análise da mitigação contém um significativo componente científico. Se o papel da ciência envolvia simplesmente teorizar sobre como reduzir os níveis de ameaça, isso seria apresentar um pequeno conflito com o método científico. No entanto, quando a ciência é chamada a determinar um nível aceitável de risco, assume uma função normativa na qual se torna auto-prejudicial. A infabilidade dessa combinação torna-se totalmente aparente no contexto da agricultura.

b. Animais em risco

Nos primeiros anos do século passado, e anteriormente, as fazendas eram focos de biodiversidade cultivada. Agricultores freqüentemente criavam uma dúzia ou mais de espécies de frutas e vegetais, incluindo milho, alfafa e feno para sustentar os porcos, o gado, as galinhas e os cavalos que povoavam a fazenda. Menos de cem anos depois, os animais sumiram assim como quase todo o resto, salvo uma ou duas culturas – geralmente de milho e/ou soja.

A metamorfose de pequenas e diversificadas fazendas, em grandes agronegócios monocultores, tem muitas causas. Entretanto, como explica Michael Pollan, o maior fator por trás da transformação foi o milho barato e abundante, possível pelo advento de um fertilizante a base de nitrogênio e um generoso (talvez equivocado) programa de subsídios agrícolas.¹⁴ A disponibilidade de fertilizantes sintéticos significava que as culturas rotativas se tornaram desnecessárias e a crescente demanda do

país por milho poderia ser satisfeita com uma produção ainda maior pelas fazendas da nação.

Em condições econômicas normais, a superabundância de milho teria saturado o mercado e provocado a queda dos preços. Porém, programas agrícolas do “New Deal” definiram um preço-alvo para o milho e os agricultores foram autorizados a tomar empréstimos, usando seu excedente de milho como garantia. Quando os preços tivessem se reestabelecido, os agricultores venderiam o milho e pagariam os empréstimos. Se os preços não conseguissem se recuperar, eles manteriam o dinheiro do empréstimo em troca do governo ficar com o milho. O governo poderia se dar ao luxo de esperar até que a demanda aumentasse para colocá-lo no mercado. Em qualquer caso, o excedente de milho ficaria fora do mercado até que a demanda aumentasse.

Tudo mudou para a agricultura nos Estados Unidos durante a década de 1970. Earl Butz, Secretário de Agricultura do Presidente Nixon introduziu um novo sistema de ajuda ao preço que garantiu aos agricultores um preço fixo para o milho deles, não importando o preço do mercado. Butz convenceu os agricultores a “crescer ou sair” e se considerarem “homens do agro-negócio” ao invés de agricultores.¹⁵ Um preço predeterminado por alqueire de milho significava que os produtores não tinham incentivo para reduzir a produção quando a demanda diminuísse seu ritmo. Ao contrário, eles foram estimulados a crescer, tanto quanto possível, e despejar o excedente no mercado, o que causou uma depressão nos preços ainda maior.

Conforme os preços caíram, diversas fazendas diminuíram o preço garantido pago aos agricultores, fazendo com que eles tivessem que crescer ainda mais para lucrar. Conseqüentemente, o mercado tornou-se permanentemente saturado com o milho, os pequenos produtores praticamente desapareceram, e a necessidade de utilizar o excesso sempre crescente, tornou-se cada vez mais urgente. Os produtores começaram a alimentar os animais com milho, incluindo bovinos, cujo sistema digestivo não pode tolerar isso sem antibióticos profiláticos e outros medicamen-

tos. A alimentação em si era barata, mas as conseqüências da ingestão bovina daquela comida não era. A partir dessa tentativa complicada para tornar eficiente o uso do que nunca deveria ter sido cultivado, a fazenda-fábrica surgiu.

A história das jornadas dos outros animais das fazendas para a Operação Concentrada de Confinamento Animal (“CAFO”) é parecida, porém é diferente em alguns aspectos-chave importantes. Por exemplo, a agricultura animal para suínos e aves (e não o gado) é altamente integrada verticalmente. Os produtores não são donos dos animais e não tem influência na maneira pela qual os animais são alimentados ou alojados. Eles devem simplesmente obedecer às ordens de seus superiores corporativos. Os produtores também têm pouca influência quanto aos preços que são pagos pelo seu trabalho. Eles não podem impor preços suficientes para cobrir a degradação ambiental e eliminação de resíduos. Em conseqüência esses custos ficam externalizados; eles são passados para o público em geral e não refletem nem o custo de produção nem preço final do produto.¹⁶ Em vez disso, eles se tornaram custos invisíveis, que, juntamente com os subsídios de milho, tornaram-se agregados à carga tributária nacional.

4. Eficiência

c. Eficiência como Norma

Para transformar a agricultura em agronegócio, os produtores tiveram que envolver grandes empresas comerciais como superiores preferíveis ao cultivo em pequena escala. A alternativa era a substituição por outros mais simpáticos aos objetivos da corporação. O objetivo: tornar a atividade agrícola mais eficiente.

A opção que faltava – aquela que atualmente permanece sem cogitação – envolve questionar a utilidade da eficiência como princípio fundamental da agricultura.

Em termos econômicos, eficiência significa conseguir o melhor retorno possível em um investimento. Qualquer recurso gasto deveria conduzir a um maior rendimento. Nesse sentido, a eficiência é um princípio essencial de uma economia de mercado. Entretanto, a agricultura – e especificamente a agricultura animal – não é econômica. Enquanto a economia percorre muitas facetas da agricultura, isso não as faz mais equivalentes que a gasolina o é para o carro que ela impulsiona.

A agricultura é fundamentada na ecologia. E, enquanto a definição de ecologia tem evoluído ao longo dos anos, ela está sempre centrada na relação entre os seres vivos e o que os rodeia. A ecologia tem sido diversamente definida como: o estudo da interação entre os organismos e seu ambiente, o estudo da distribuição e abundância de organismos e o estudo científico dos processos que influenciam a distribuição e abundância de organismos, as interações entre organismos e as interações entre os organismos e a transformação e fluxo de energia e matéria. No entanto, para nenhuma dessas definições a eficiência serve como um princípio organizador.

Quando os organismos interagem com seu ambiente, redistribuindo-se, ou quando o ambiente está em fluxo, vê-se um gasto quase arbitrário de energia. Qualquer que seja o volume de água caindo em cascata no oceano vindo de um rio após uma chuva ou a alegria de um filhote de urso polar brincando no gelo, a energia e os recursos são gastos em um quase orgiástico “Potlatch” ambiental. A enorme descarga do rio vai auxiliar a manter a salinidade do estuário constante durante um futuro período de seca, e o filhote de urso polar irá usar suas calorias preciosas, mas essa brincadeira vai ajudá-lo a aprender a ter coordenação e como interagir. Entretanto, em nenhum momento há um equilíbrio totalmente organizado, perfeito, ou qualquer outro método real de calcular um comportamento eficiente.

A agricultura depende das interações entre o homem e o animal, que são integrados na cadeia ecológica, mesmo quando fazem parte da economia humana. A ecologia não possui nenhum princípio fundamental definido, enquanto o último corta à eficiência. A relação entre a imprevisibilidade ecológica e a linha de análise aprofundada já existia há muitos séculos, mas o século XX testemunhou uma transformação. A dinâmica do mercado se tornou dominante; gastos relacionados aos ecossistemas tornaram-se repentinamente presas dos princípios contabilísticos, e o comportamento animal acabou se tornando quase irrelevante para a ciência “animal”. Conseqüentemente, o quintal virou o armazém, a fazenda uma “CAFO”, e os montes de estrume, uma lagoa de esgoto.

Quando a eficiência do mercado deslocou a ecologia como a fundação da agricultura, outro componente importantíssimo também foi perdido. A ética já forneceu princípios morais em relação às interações entre o humano e o animal. Enquanto se podia argumentar (convincentemente) que esses princípios nunca foram suficientemente sensíveis às necessidades e ao bem-estar dos animais não humanos, está além da apreensão que o tratamento e o cuidado dos animais nos dias anteriores a agricultura industrial, é marcadamente diferente do seu tratamento e cuidado atual. Fazendeiros costumavam abrigar e alimentar os animais de uma maneira que fosse mantê-los confortáveis, permitindo-lhes socializar-se e que desenvolvessem relacionamentos entre si com os seres humanos. Essas relações não necessariamente maximizavam o rendimento, mas foram fundamentadas em um conjunto de orientações normativas, mesmo que a realidade última do status de mercadoria do animal inevitavelmente impregnasse essa relação com um senso de irrealidade.

Percebem-se vestígios dessa relação dividida nas instituições de ensino agrícola, como 4-H, onde as crianças recebem um animal para cuidar, criar e alimentar. Muitas vezes as crianças passam a amar esses animais, mesmo que saibam que os estão criando para o abate. O ponto crucial de seus esforços, na maio-

ria das vezes, acontece nas feiras locais, onde esses animais são leiloados para o abate, deixando as crianças tristes e com remorso, ainda que seus pais e professores parabenizem-nas pelo trabalho bem feito.

Essa relação confusa e complicada entre as crianças e seus animais é emblemática das tensões subjacentes à abordagem tradicional e da pecuária. Era impossível fugir do status de mercadoria dos animais mesmo que a ética demandasse um tratamento digno e as relações fatalmente acontecessem. O advento da agricultura industrial simplificou, acabou eliminando qualquer tensão no relacionamento entre o humano e o animal através da completa mercantilização dos animais e retirando a ética do reino do relevante em relação ao seus cuidados e tratamento. Logo, o foco acabou se tornando exclusivamente a geração do lucro. Os animais passaram de seres parcialmente mercantilizados, cujo valor poderia ser calculado tanto em termos individuais e em unidades de valor de troca, para simples mercadoria, cujo valor reside na redução dos custos de produção e maior valor de alienação.

O valor de mercado de um objeto aumenta com a comerciabilidade, que acaba conduzindo a um maior desejo de aliená-lo. Quanto maior o valor de um objeto, maior o sofrimento de privar-se dele. Logo, a realidade do mercado torna tanto difícil, quanto contraproducente a formação de um relacionamento com a mercadoria, acontecimento esse que acaba facilitando uma maior coisificação. No caso de animais, isso permite maus tratos.

A mercantilização de animais confere um valor de troca, que no caso de animais de corte, é realizado através da morte e separação dos membros. Para os animais produtores (vacas leiteiras, porcas matrizes, etc), o valor surge por elevar ao máximo a produtividade buscando o mínimo de custo. Em nenhum dos exemplos a qualidade da vida dos animais é cogitada. Pelo contrário, em ambos os casos, o incentivo econômico (que é, afinal, o que impulsiona o valor de troca) encontra-se em reduzir as des-

pesas associadas com a coisa e ao mesmo tempo aumentar o seu rendimento.¹⁷ É muito fácil observar como essa lógica conduz a fábricas agrícolas desenvolvidas para maximizar a eficiência econômica, independentemente do impacto sobre os animais. Isto também catalisou a integração vertical da indústria. Em consequência, um número reduzido de grandes conglomerados agora domina o processo de produção animal “do guincho para refeição”.¹⁸

A classificação como coisa também isenta os objetos de qualquer cálculo moral. O valor de troca é amoral; é definido em função da demanda. Os proprietários maximizam o valor através da comerciabilidade crescente. Os argumentos morais sobre o valor de mercado das coisas têm pouco peso prático, pois os dois sistemas (moral e de mercado) não compartilham uma modalidade comum de valoração.¹⁹

Essa incompatibilidade básica entre as relações fundamentadas na ética e aquelas predicadas na comoditização, significa que o papel da agricultura nunca poderia ser outro que não problemático. Entretanto, esse aumento do agronegócio não era inevitável. Poderia ter sido evitado e eventualmente será desfeito primeiramente por duas razões.

Primeiro, o sistema de fábrica agrícola não é eficiente. Ele ignora as ações externas que tornam o cálculo custo/benefício profundamente contra a sua continuação e dependem de subsídios maciços (governo instigado) e campanha de propaganda para sustentar-se em fase do crescente infâmia pública. Em segundo, recorrendo novamente à tese de Habermas – a comunicação (e a sociedade) não exige um estado ideal para existir.²⁰ O que elas exigem é um compromisso compartilhado com a sua realização. Conseqüentemente, a incompatibilidade da agricultura, ética e necessidades da economia de mercado levam fatalmente à catástrofe. A discórdia pode servir como base para um discurso fundado em aspiração.

d. Agronegócio é um mau negócio

Conforme colocado acima e, como tem sido bem encoberto em outro lugar, a dependência da agricultura industrial em milho barato, que é um produto de subsídios governamentais insustentáveis, significa que o preço dos alimentos não reflete o custo real para produzi-los. Também não reflete na perda da biodiversidade ou o acréscimo das emissões nacionais de carbono resultado da crescente dependência de fertilizantes à base de petróleo (a rotação de culturas uma vez serviu para substituir o nitrogênio no solo pobre, mas essa prática desapareceu com a ascensão da monocultura) e produção em massa de animais que emitem o metano. Além do mais, a agricultura industrial é o maior produtor individual de resíduos de esgoto nos Estados Unidos. A coleta dos resíduos nas lagoas de esgoto, chega às águas subterrâneas, águas superficiais e no solo. Isso leva a grandes problemas de contaminação, muitas vezes sem solução, zonas mortas no oceano, proliferação danosa de algas e outros problemas ambientais. Além disso, quando as lagoas se rompem ou vazam, acabam provocando a contaminação e perda de vida nos rios e ecossistemas vizinhos.

Quando se leva em consideração o aumento das bactérias resistentes aos antibióticos, bem como as infecções respiratórias que resultam na inalação de gases tóxicos de dentro das instalações, os custos de manutenção das instalações de confinamento animal de larga escala torna-se inviável economicamente. Os eventos recentes também mostram os perigos de uma gripe mortal, onde a pecuária de confinamento proporciona uma incubadora ideal. A ameaça real e potencial de uma pandemia de gripe é quase incalculável.

Analisando tudo isso, mesmo se a eficiência fornecesse uma base normativa para o tratamento de não-humanos, a agricultura industrial é terrivelmente ineficiente em seus próprios termos, e seria classificada como antiético apenas nessa base. Mas, como já foi mencionado, a eficiência não tem um elemento nor-

mativo. Normas derivam da ética, que não se afeiçoa a qualquer modelo econômico. Eles são um feixe de princípios desenhados para conduzir a interação humana com os outros humanos e com o ambiente. Nesse sentido, a ética representa uma forma de ecologia humana.

Por que a ética governa o comportamento e o comportamento implica em interações entre os ambientes humanos e não humanos, a ética possui um componente ecológico. E, desde que a ecologia é o estudo do fluxo (ecossistemas evoluem constantemente; *estática/stasis* – a falta de fluxo de energia dentro ou fora do sistema – significa que o sistema é inerte), a ética tem que evoluir constantemente para refletir essa mudança. A ética é fluida, porque tanto o meio ambiente quanto as relações humanas tem que permanecer sempre em fluxo. A famosa ética da terra de Aldo Leopold captura corretamente o caráter do compromisso humano com o meio ambiente, assim como os mutáveis parâmetros desse compromisso.²¹ Entretanto a ética representa um papel de dedicação para a realização de uma sociedade justa e, nesse sentido permanece estático.

Enquanto a tensão entre o comportamento ético e um sistema agrícola fundamentado na mercantilização dos não-humanos era inevitável, isto também tem sido há muito presente. A mudança de convivência desconfortável para a dominação monolítica pela abordagem fundamentada no mercado de gerenciamento animal foi provocada pelo aparecimento da sociedade de risco. Ambos no que diz respeito aos perigos físicos – onde as ameaças se tornaram mais dispersas e fora do alcance de pessoas leigas – e no campo da economia, onde a complexidade do comércio aumentou exponencialmente no último meio século, o público vem dependendo cada vez mais de especialistas para interpretar os novos dados e aconselhar sobre o curso correto de comportamento.

Com o Estado apoiando o grande agronegócio, as visões dos “especialistas” empregados por essas empresas vieram cada vez mais a dominar o discurso. Além disso os especialistas do gover-

no trabalharam dentro de um regime normativo que sustentava aquela abordagem fundada no mercado. Conforme a agricultura industrial se torna integralmente trançada no tecido da economia, os riscos inerentes a essa abordagem (poluição, colapso econômico, abuso sistemático de animais, etc) tornaram-se custos escondidos e incorporados em um ciclo de realimentação de queda espiral vertiginosa. Os riscos tornaram-se piores a medida que os comportamentos de risco tornaram-se mais prevalentes (a agricultura industrial se tornou um fenômeno mundial) e o aumento dos riscos significou que os riscos associados à sua exposição também aumentaram.

e. A ciência como Porteiro

Não fosse a ciência a causa de tantos riscos para a sociedade e, assim, impossibilitada de analisar objetivamente a existência de dimensões de potenciais ameaças, o processo de identificação de risco seria uma tarefa essencialmente científica. Se o papel da ciência (ambos difíceis e sociais) envolvessem simplesmente teorizar a respeito de como reduzir os níveis de ameaça, haveria pouco conflito com o método científico. Entretanto, quando a ciência é convocada a determinar um nível aceitável de risco, suas ações tomam um rumo normativo que compromete todo o processo.

Os mesmos “especialistas” que inventaram e propagaram os métodos que geraram os riscos também devem analisar o perigo desses métodos e, se necessário, expô-los e recomendar medidas de mitigação. Essas obrigações colocam os cientistas e economistas em posição nada invejável de avaliar se os riscos criados por seu comportamento valeram a pena – ou seja, o quanto do perigo e dos danos criados a partir do comportamento sancionado é aceitável. E é precisamente aqui, quando a avaliação de risco deixa a realidade da ciência e entra no campo da ética. Isto é também um insustentável conflito de interesses e precisamen-

te a situação em que nos encontramos atualmente no que diz respeito à agricultura industrial.

O tratamento desumano dos animais foi racionalizado como o subproduto inevitável da agricultura eficiente. Como resultado, a agricultura industrial floresceu e se tornou encadeada com a economia global. Agora, a medida em que as falhas no modelo industrial tornam-se cada vez mais claras, tornam-se também os riscos inerentes em escapar desse modelo. A sociedade passou a depender e esperar a carne barata e produzida em massa, o que, por sua vez, exige enormes quantidades de milho, que também exige subsídios do governo, a desumana pecuária de confinamento e antibióticos. Ainda, abandonar esse modelo causará uma desordem econômica muito significativa, mal estar social e abalar a fé daqueles que foram encarregados de proteger a sociedade. Em resumo, proteger a sociedade do perigo resultará em perigo a essa mesma sociedade. Essa situação implica em uma análise dos riscos que aqueles que criaram a situação são mal preparados para fazer.

5. Conclusão

Desatar esse nó Górdio da dependência envolve reconhecer a incompatibilidade fundamental de determinados preceitos éticos essenciais (ou seja, a interação humana com os não-humanos) com uma abordagem mercadológica da agricultura. Esse conflito sem tratamento pode levar à paralisia ou colapso sistêmico. Contudo, isso não precisa de tanto tempo enquanto a aspiração natural da sociedade é reconhecida e adotada. Como observa Habermas, a comunicação (e a sociedade) é construída sobre a premissa contraditória de que as condições do discurso ideal (uma sociedade justa) existem e que o consenso verdadeiro (livre de quaisquer restrições impostas externamente) é possível. Similarmente os ideais sociais e as leis que os codificam são também contraditórios. Eles são desejáveis - representando

uma visão compartilhada de uma sociedade onde os padrões de comportamento impostos externamente, não seriam necessários. Normas (e leis) pressupõem um compromisso comum de consenso e de comportamento ético, mesmo quando a sua existência demonstra a inexistência de consenso.

Nesse sentido, a sociedade humana está fundamentada em uma série de contradições. De um lado, isso poderia ser forragem para uma crise de legitimação. Por outro lado, é profundamente reconfortante que esta contradição fundamental no seio da sociedade não queira dizer a sua morte inevitável, ou que o niilismo vai envolver todos nós. Em um nível prático, contudo, o problema da agricultura industrial permanece.

Recalibrando nossas relações com os animais através da ecologia do mercado envolverá diversos passos. O primeiro passo envolve reconhecer a dicotomia entre eficiência e ética. A eficiência não tem nenhum componente normativo e a ética não tem necessariamente nenhuma relação com a eficiência. No contexto da agricultura, o reconhecimento dessa cisma irá requerer um completo reexame do papel que a noção de eficiência representa na determinação do tratamento aceitável de não humanos e o reconhecimento de que uma indiferença deliberada à vida não se alinha com nenhuma visão ética existente.

O segundo passo requer o reconhecimento que a atual visão da eficiência da agricultura é baseada em suposições falhas e na má ciência. Isso causou uma destruição ecológica e prejudicou a economia global. Além disso, a medida que a agricultura industrial se espalha, os problemas mundiais de saúde também se espalham, incluindo a obesidade, diabetes e doenças do coração.

A agricultura industrial ascendeu porque seus inconvenientes foram deliberadamente obscurecidos. Ela usou de subsídios para obscurecer a falta de lucratividade, localizou suas instalações longe dos centros populacionais para manter os animais longe de olhares indiscretos, e incitou bem-sucedidamente para isentar seus métodos das leis contra a crueldade com os animais. Todas essas estratégias permitiram que o público abraçasse a ig-

norância e assumisse que a sua segurança estava confiada a um conjunto de especialistas sagaz e averso aos riscos. Mas, como Aldo Leopold observou, “demasiada segurança parece acarretar perigo a longo prazo”.²²A ignorância levou a uma perigosa perda de agência. As pessoas não estão mais em contato com a sua comida. Mesmo que os animais que elas consomem tenham se tornado quase que inteiramente *commodities*, aqueles que os consomem se separaram do processo que transformou os animais em comida. A ignorância obscureceu a responsabilidade. Aqui jaz o primeiro e mais importante passo para desfazer a fazenda-fábrica. Nós precisamos aprender a dominar o que comemos.

NOTAS

- ¹ Ver Jürgen Habermas, *LEGITIMATION CRISIS* (Thomas McCarthy, trans., Polity Press, 2007) (1976). *Note-se que esta visão é necessariamente contraditória.*
- ² Ver Thomas McCarthy, Introdução a Jürgen Habermas, *LEGITIMATION CRISIS*, na XVI (Thomas McCarthy. Trans, Polity Press, 2007)(1976).
- ³ *E. g. id*
- ⁴ ULRICH BECK, *RISK SOCIETY* 10 (traduzido por Mark Ritter, Sage Publications Ltd 2007) (1986).
- ⁵ *Id.* Na 12-14.
- ⁶ *Id.* Na 21.
- ⁷ *Id.*
- ⁸ Mary Douglas, *RISK AND BLAME* 4 (Routledge Press, 1992).
- ⁹ Como observa Beck, eventualmente “alguém vem contra a regra de que enquanto os riscos não são reconhecidos cientificamente, eles não existem – pelo menos, não legal, médica, tecnológica ou socialmente”, e eles não são, portanto, evitados, tratados ou compensados. Beck, supra nota de 5 a 71 (grifos no original).
- ¹⁰ *Id.* na 53.

- ¹¹ Veja JENNY STEELE, RISKS AND LEGAL THEORY 33 (John Gardner ed., Hart Publishing 2004) (“O crescente reconhecimento de que somos ignorantes, e, especialmente, que nós somos ignorantes da forma que nossas ações vão interagir com outros fatores, significa que somos cada vez mais culpáveis... a ignorância perde sua inocência na medida que a consciência de limites do conhecimento cresce”) (grifos no original).
- ¹² Veja, por exemplo, LASH, ET AL, RISK, ENVIRONMENT & MODERNITY 3 (SAGE Publications Ltda 2000) (1996).
- ¹³ Beck, *supra* nota 5 a 54
- ¹⁴ MICHAEL POLLAN, THE OMNIVORE’S DILEMMA: A NATURAL HISTORY OF FOUR MEALS 54-64 (The Penguin Press 2006)
- ¹⁵ *Id.* na 52.
- ¹⁶ Colocando carne na mesa: Fazenda Industrial de Produção Animal na América (Um relatório da Pew Comissão sobre Produção Animal em Fazenda Industrial) p. 6.
- ¹⁷ Veja GARY FRANCIONE, ANIMALS, PROPERTY, AND THE LAW 29 (1995); Robyn Mallon. O deplorável modelo da vida diante das fazendas de animais nas indústrias de carne na América e Como melhorar as Condições eliminando as fazendas corporativas, 9 MICH. Univ. J. DE MED & L. 389, 399 (2005) (explicando que, mesmo quando a lei que protege os animais de criação existe, “[o] direito é violado devido à atitude das empresas tradicionais de querer maximizar os lucros e minimizar as despesas.”).
- ¹⁸ Smithfield Foods, maior produtora verticalmente integrada do mundo de produtos de suínos, orgulhosamente adota tanto a palavra quanto o conceito. Essa citação, de Lewis Little, presidente da maior subsidiária da Smithfield, aparece no material promocional da empresa. Consulte “Compreendendo Smithfield”, disponível em: staging.smithfieldfoods.com/undestand/family/smithfieldFerme.asp
- ¹⁹ Veja Francione, ANIMALS, PROPERTY AND THE LAW, *supra* nota 18 em 27 (“Nossa atribuição de direitos aos humanos nos corpos dos animais reflete a noção de que é mais eficiente relegar os animais ao status de propriedade... do que é valorizar os animais por si mesmos e conceder-lhes dignidade e respeito. Preocupação moral para com os animais não é uma política de justificação de custos”).

- ²⁰ JURGEN HABERMAS, MORAL CONSCIOUSNESS AND COMMUNICATIVE ACTION 133-36 (Christian Lenhardt & Shierry Weber Nicholson trans. MIT Press 1990).
- ²¹ “Um pensamento está certo quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. É errado quando tende ao contrário.” ALDO LEOPOLD, A SAND COUNTY ALMANAC 262 (Universidade de Oxford Press 1949).
- ²² *Id.* na 141.